

OBS: No título de cada matéria encontra-se o link para sua íntegra.

Diário Oficial da União

Assuntos Econômicos

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - Secretaria de Comércio e Serviços - Departamento Nacional de Registro do Comércio

[Instrução Normativa 116, de 22 de novembro de 2011](#)

“Dispõe sobre a formação do nome empresarial, sua proteção e dá outras providências”. (*) Republicada por ter saído, no DOU Nº 229, de 30-11-2011, Seção 1, pág. 148, com incorreção no original.”

Comércio Exterior

Atos do Poder Executivo

[Decreto 7.666, de 11 de janeiro de 2012](#)

“Promulga o Acordo-Quadro de Cooperação no Campo Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Israel, firmado no Rio de Janeiro, em 6 de agosto de 2008.”

Fonte: CNI

[Decreto 7.667, de 11 de janeiro de 2012](#)

“Promulga o Tratado Constitutivo da União de Nações Sul-Americanas, firmado em Brasília, em 23 de maio de 2008.”

Fonte: CNI

Presidência da República Conselho de Governo Câmara de Comércio Exterior

[Resolução 1, de 12 de janeiro de 2012](#)

“Altera para 2% (dois por cento), até 31 de dezembro de 2012, as alíquotas do Imposto de Importação

incidentes sobre Bens de Capital, na condição de Extarifários.”

Fonte: CNI

[Resolução 2, de 12 de janeiro de 2012](#)

“Altera para 2% (dois por cento), até 31 de dezembro de 2012, as alíquotas do Imposto de Importação incidentes sobre Bens de Informática e Telecomunicação, na condição de Ex-tarifários.”

Fonte: CNI

[Resolução 3, de 12 de janeiro de 2012](#)

“Atualiza o enquadramento tarifário e a numeração de Ex-tarifário de Bens de Capital vigente, em adequação à Resolução CAMEX nº 94, de 2011 que incorporou ao ordenamento jurídico brasileiro a V Emenda ao Sistema Harmonizado.”

Fonte: CNI

[Resolução 4, de 12 de janeiro de 2012](#)

“Incorpora as Resoluções nº 33/11 e 35/11 do Grupo Mercado Comum do Mercosul ao ordenamento jurídico brasileiro e dá outras providências.”

Fonte: CNI

Política Industrial

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - Gabinete do Ministro

Portaria 4, de 13 de janeiro de 2012

“Estabelece processo produtivo para os produtos: RESÍDUOS PROCESSADOS METÁLICOS, PLÁSTICOS, MADEIRA, PAPELÃO, VIDRO E POLIESTIRENO EXPANSÍVEL, industrializados na Zona Franca de Manaus.”

Fonte: CNI

Infraestrutura

Ministério das Cidades - Gabinete do Ministro

[Portaria 14, de 10 de janeiro de 2012](#)

Dá nova redação à Portaria MCIDADES 465/2011, de 3 de outubro de 2011, que “Dispõe sobre as diretrizes gerais para aquisição e alienação de imóveis por meio da transferência de recursos ao Fundo de Arrendamento Residencial - FAR, no âmbito do Programa Nacional de Habitação Urbana - PNHU, integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV”.

Fonte: CNI

Ministério da Fazenda - Secretaria da Receita Federal do Brasil

[Instrução Normativa 1.237, de 11 de janeiro de 2012](#)

“Altera a Instrução Normativa RFB Nº 758, de 25 de julho de 2007, que dispõe sobre o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (Reidi), a Instrução Normativa RFB No- 1.074, de 1º de outubro de 2010, que dispõe sobre o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura da Indústria Petrolífera nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste (Repenec), e a Instrução Normativa RFB No- 1.176 de 22 de julho de 2011, que dispõe sobre o Regime Especial de Tributação para Construção, Ampliação, Reforma ou Modernização de Estádios de Futebol (Recopa).”

Fonte: CNI

Energia

Ministério de Minas e Energia - Departamento Nacional de Produção Mineral

[Portaria 11, de 13 de janeiro de 2012](#)

“Estabelece os procedimentos gerais para apresentação do relatório anual de lavra - RAL.”

Fonte: CNI

Transporte

Ministério dos Transportes - Agência Nacional de Transportes Terrestres

[Resolução 3.761, de 20 de dezembro de 2011](#)

“Estabelece procedimentos para apresentação do Plano Trienal de Investimentos - PTI à Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT pelas concessionárias de serviço público de transporte ferroviário de cargas, institui os critérios de análise, define a aplicação de penalidades, e dá outras providências.”

Fonte: CNI

Agência Nacional de Transportes Aquaviários

[Resolução 2.340, de 6 de janeiro de 2012](#)

“Aprova a proposta de norma para outorga de autorização para construção, exploração e ampliação de estação de transbordo de cargas.”

Fonte: CNI

Política Social

Saúde

Atos do Poder Legislativo

[Lei Complementar 141, de 13 de Janeiro de 2012](#)

“Regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências.”

Com vetos - [Mensagem Nº 8, de 13 de janeiro de 2012](#).

Fonte: CNI

Questões Institucionais

Presidência da República - Secretaria de Aviação Civil - Agência Nacional de Aviação Civil

[Resolução 213, de 9 de janeiro de 2012](#)

“Dispõe sobre a recomposição tarifária decorrente da Medida Provisória nº 551 e dá outras providências.”

Fonte: CNI

Relações do Trabalho

Ministério da Previdência Social - Gabinete do Ministro

[Portaria 7, de 10 de janeiro de 2012](#)

Estabelece os fatores de atualização das contribuições e apuração do salário maternidade, para o mês de janeiro de 2012 e informando que, respectivas tabelas com os fatores de atualização, mês a mês, encontram-se na rede mundial de computadores, no sítio <http://www.previdencia.gov.br>, página "Legislação".

Fonte: CNI

Tributos

Ministério da Fazenda - Secretaria da Receita Federal do Brasil

[Ato Declaratório Executivo 1, de 9 de janeiro de 2012](#)

“Cancela os lançamentos relativos às multas aplicadas pela entrega da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF), relativa ao mês de setembro de 2011.”

Fonte: CNI

Subsecretaria de arrecadação e Atendimento - Coordenação-Geral de Gestão de Cadastros**[Ato Declaratório Executivo 2, de 5 de janeiro de 2012](#)**

“Divulga a cotação média do dólar dos Estados Unidos da América no mês de dezembro do ano-calendário de 2011, para efeito da apuração do ganho de capital na alienação de moeda estrangeira mantida em espécie.”

Fonte: CNI

Ministério da Fazenda - Secretaria da Receita Federal do Brasil**[Instrução Normativa 1.234, de 11 de janeiro de 2012](#)**

“Dispõe sobre a retenção de tributos nos pagamentos efetuados pelos órgãos da administração pública federal direta, autarquias e fundações federais, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais pessoas jurídicas que menciona a outras pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens e serviços.”

Fonte: CNI

[Instrução Normativa 1.235, DE 11 de janeiro de 2012](#)

“Altera a Instrução Normativa SRF Nº 698, de 20 de dezembro de 2006, que estabelece normas para emissão de comprovantes de rendimentos pagos ou creditados a pessoas físicas e jurídicas decorrentes de aplicações financeiras, aprova modelo de Informe de Rendimentos Financeiros e dá outras providências.”

Fonte: CNI

[Instrução Normativa 1.238, DE 11 de janeiro de 2012](#)

“Altera a Instrução Normativa RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009, que dispõe sobre normas gerais de tributação previdenciária e de arrecadação das contribuições sociais destinadas à Previdência Social e as destinadas a outras entidades ou fundos, administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e dá outras providências.”

Fonte: CNI

Impostos

Ministério da Fazenda - Secretaria da Receita Federal do Brasil

[Instrução Normativa 1.236,DE 11 de janeiro de 2012](#)

“Altera a Instrução Normativa RFB Nº 1.022, de 5 de abril de 2010, que dispõe sobre o imposto sobre a renda incidente sobre os rendimentos e ganhos líquidos auferidos nos mercados financeiro e de capitais.

Fonte: CNI

Diário Oficial Estadual

Infraestrutura

Atos do Poder Executivo

[Lei nº 17.046, de 11 de janeiro de 2011](#)

Dispõe sobre normas para licitação e contratação de Parcerias Público-Privadas do Paraná (Paraná Parcerias).

Fonte: DOE 12.01.2012

Questões Institucionais

Atos do Poder Executivo

[Lei nº 17.045, de 09 de janeiro de 2012](#)

Transfere atribuições da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social para a Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Economia Solidária, bem como transfere atribuições da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos para a Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social, e adota outras providências.

Fonte: 09.01.2012